



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

Cleidiana Bem Elias

**HISTÓRIA DAS MULHERES NO CONTEXTO DAS MIGRAÇÕES EM
CAMPINA GRANDE-PB: ENTRE O MUNDO DO TRABALHO E AS
EXPERIÊNCIAS UNIVERSITÁRIAS**

CAMPINA GRANDE – PARAÍBA

2014

Cleidiana Bem Elias

**HISTÓRIA DAS MULHERES NO CONTEXTO DAS MIGRAÇÕES EM
CAMPINA GRANDE-PB: ENTRE O MUNDO DO TRABALHO E AS
EXPERIÊNCIAS UNIVERSITÁRIAS**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao curso de Licenciatura em História do Centro de Educação da Universidade Estadual da Paraíba UEPB, campus I, em cumprimento aos requisitos necessários para obtenção do grau de Licenciada em História.

ORIENTADORA: Profa. Dra. Patrícia Cristina de Aragão Araújo

CAMPINA GRANDE-PB

2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

E42h Elias, Cleidiana Bem
História das mulheres no contexto das migrações em Campina Grande-PB [manuscrito] : entre o mundo do trabalho e as experiências universitárias / Cleidiana Bem Elias. - 2014.
40 p.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) -
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2014.
"Orientação: Profa. Dra. Patrícia Cristina de Aragão Araújo,
Departamento de História".

1. Mulher. 2. Migração 3. História Social do Trabalho 4.
Educação I. Título.

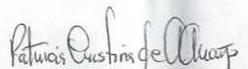
21. ed. CDD 305.4

CLEIDIANA BEM ELIAS

**HISTÓRIA DAS MULHERES NO CONTEXTO DAS MIGRAÇÕES EM
CAMPINA GRANDE - PB: ENTRE O MUNDO DO TRABALHO E AS
EXPERIÊNCIAS UNIVERSITÁRIAS**

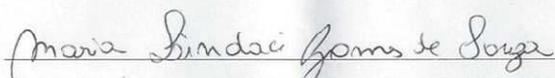
Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
apresentado ao curso de Licenciatura em
História do Centro de Educação da
Universidade Estadual da Paraíba UEPB,
campus I, em cumprimento aos requisitos
necessários para obtenção do grau de
Licenciada em História.

APROVADO EM 05/12 2014.



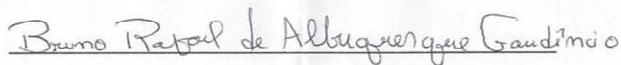
Profa. Dra. Patrícia Cristina de Aragão Araújo (DH/UEPB)

Orientadora



Prof.ª. Dra. Maria Lindaci Gomes de Souza (DH/UEPB)

Examinadora



Prof. Me. Bruno Rafael de Albuquerque Gaudêncio (DH/UEPB)

Examinador

AGRADECIMENTOS

Aproveito tal espaço para agradecer a Deus por toda generosidade e graça a sua infinita bondade estou concluindo mais uma etapa imprescindível da minha vida acadêmica, e futuramente jornada profissional. Deus obrigada por tudo. Abrigada por seu amor. Agradeço também aos membros de minha família que estiveram comigo em todos os momentos de minha vida, a todos tenho muito afeto. Agradeço a minha amiga Emanuelle Sampaio que através de sua amizade tornou meus dias na universidade mais feliz.

Meus sinceros agradecimentos a professora Maria Lindaci Gomes de Souza e ao professor Bruno Rafael de Albuquerque Gaudêncio e tantos outros que puderam contribuir para minha formação em História. Em especial quero agradecer a professora Patrícia Cristina de Aragão Araújo, pela solicitude com que prontamente concordou em orientar-me nessa pesquisa, mesmo com o curto período de tempo ela foi muito receptiva com minha demanda.

RESUMO

A presente pesquisa traz reflexões acerca da temática das mulheres na condição de estudantes universitárias e que são migrantes, desenvolvendo suas experiências educativas e trabalhistas na cidade de Campina Grande-PB. Nosso objetivo é discutir, no campo da história social do trabalho, as experiências vivenciadas por mulheres no ensino superior a partir da relação entre trabalho e educação. Objetivamos também elaborar o perfil étnico geracional de mulheres jovens que atuam no mundo do trabalho em Campina Grande e que, através do trabalho, elaboram meios de sobrevivência. O presente estudo utilizou teorias do campo da História. Estudiosos como Silva Júnior (2009), Michelle Perrot (2007), Adriana Piscitelli (2002), Souza Lobo (1991), Lenildo Ferreira (2013), entre outros, foram citados. Realizaram-se ainda entrevistas com sujeitos femininos universitários, com o intuito de compreender as experiências e agenciamentos de mulheres no ensino superior na condição de migrantes. Tendo em vista o que foi elucidado até então, podemos apresentar alguns resultados alcançados. Na sociedade, existem mudanças significativas que estão sendo impulsionadas pelo aumento do nível de instrução das mulheres, possibilitando, assim, o crescimento da participação feminina no mercado de trabalho. Observa-se, portanto, que, para serem inseridas no mercado de trabalho, as mulheres precisam ter maior nível de escolaridade. O problema é que nem sempre as mulheres têm a possibilidade de concluir seu estudo no seu lugar de origem. Esse fato faz com que seja impulsionado o fenômeno migratório. Os dados de nossa pesquisa sinalizaram igualmente que as mulheres na condição de migrantes nem sempre têm condições financeiras para se manter e, em decorrência disso, elas são obrigadas a se inserir no mercado de trabalho. As mulheres passam a ter dupla jornada de trabalho, pois simultaneamente estudam e trabalham. Esse fato, em dado momento, pode prejudicar o seu desempenho acadêmico, motivado pela dificuldade de conciliação das atividades.

PALAVRAS-CHAVE: Mulher. Migração. Trabalho. Educação.

ABSTRACT

This research presents reflections on female college students who are migrants, so that they can develop their educational and labor experiences in Campina Grande (Paraíba, Brazil). We aim to discuss, based on social work history, women experiences in higher education from the relationship between work and education. We also aim to prepare a generational ethnic profile of young women who work in Campina Grande and develop livelihoods. This study used History theories. Scholars such as Silva Júnior (2009), Michelle Perrot (2007), Adriana Piscitelli (2002), Souza Lobo (1991), Lenildo Ferreira (2013), among others, were cited. There were also interviews with college female subjects, in order to understand migrant women's experiences and assemblages in higher education. Considering what has been elucidated so far, we can present some results. In society, there are significant changes being driven by women's education level increase, which enable female participation growth in labor market. We have notice, therefore, that, in order to be inserted in labor market, women need to have a higher educational level. The problem is that not all of them are able to complete studies in their hometown. This fact boosts migration phenomenon. Our research data also signaled that migrant women not always can make ends meet and, as a result, they are forced to get employed. Women now have double shifts, for both study and work. At some point, this can harm their academic performance, which is motivated by difficulties related to reconciling activities.

KEYWORDS: Woman. Migration. Work. Education.

SUMÁRIO

1.0. INTRODUÇÃO	09
2.0. OBJETIVOS.....	14
2.1. Objetivo Geral.....	14
2.2. Objetivos específicos.....	14
3.0. REFERENCIAL TEÓRICO	
3.1. A mulher no contexto dos estudos de gênero.....	15
3.2. Perspectiva das mulheres no mercado de trabalho	21
3.3. Migração feminina no contexto urbano	24
3.4. A cidade de Campina Grande enquanto espaço de trabalho e educação	27
3.5. Relatos de experiência de universitárias migrantes inseridas no mundo do trabalho	30
4.0. CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
5.0. REFERÊNCIAS	37

1.0. Introdução

A presente pesquisa traz reflexões acerca da temática das mulheres na condição de estudantes universitárias e que são migrantes, desenvolvendo suas experiências educativas e laborais na cidade de Campina Grande-PB. Nos dias atuais, torna-se importante pensar sobre a atuação da mulher no campo do trabalho e da educação. Nesse sentido, é importante conhecer historicamente a trajetória de luta das mulheres no contexto do mundo do trabalho e como isso influencia a vida delas entre o espaço público e o privado.

O respectivo trabalho se situa no campo da história social com foco nos estudos de gênero, trabalho e educação. A partir deste campo do saber, traremos contribuições para analisar a condição de vida de estudantes universitárias migrantes que desenvolvem experiências educativas e laborais. A presente pesquisa tratou-se de um levantamento bibliográfico, cujas contribuições no âmbito teórico são creditadas a Silva Júnior (2009), Michelle Perrot (2007), Adriana Piscitelli (2002), Souza Lobo (1991), Lenildo Ferreira (2013), dentre outros. Realizaram-se também entrevistas com sujeitos femininos migrantes universitários.

A estudiosa Elisabeth Souza-Lobo (1991) contribuiu com nossa pesquisa, pois lança um olhar sobre as perspectivas teóricas e metodológicas ao se estudar a questão de gênero no trabalho, a autora analisa as práticas e discursos das operárias na década de 1970, com isso possibilitou nossa maior compreensão dos movimentos sociais de mulheres. Já através de Michelle Perrot (2007), podemos notar que a mulher emergiu através de relatos históricos elas têm destaque e são atuantes como atrizes e agentes sociais de sua própria história. Lenildo Ferreira (2013), trouxe para nossa pesquisa uma importante contribuição, pois o autor nos convidou a lançar olhos pela jornada percorrida pela Campina Grande de ontem e de hoje, na busca dos indícios do que esperar da Campina Grande de amanhã, neste sentido podemos constatar que “foram diversos ciclos de batalhas políticas para que a vocação desenvolvimentista da Rainha da Borborema pudesse se confirmar” (FERREIRA,2013, P. 112).

Não poderíamos deixar de mencionar as contribuições teóricas da autora Adriana Piscitelli (2002) suas colocações foram de grande relevância, pois ela faz alguns comentários sobre a re-criação da categoria “mulher” nas discussões contemporâneas. Todos os autores mencionados no decorrer de nossa produção textual, para nós foram de grande importância, pois os pesquisadores através de suas ideias só enriqueceram nosso trabalho.

As causas que motivaram o trabalho devem-se justamente ao fato de ter, vivenciado a experiência de ser migrante e estudante na cidade de Campina Grande. Sou natural do estado de Pernambuco e para terminar minha formação educacional passei a residir na cidade de Campina Grande. Nosso estudo terá relevância para os profissionais de história e de áreas afins, pois fornecerá material teórico que possibilitará um maior conhecimento sobre a mulher na condição de migrante universitária. A partir de nossa pesquisa, será possível que os profissionais da área de história identifiquem o perfil das mulheres migrantes e sua condição de vida aqui na cidade de Campina Grande. Ainda justifica-se a pesquisa como relevante por possibilitar ao historiador a análise de informações versando sobre o referido município enquanto cidade progressista, com papel proeminente no cenário nordestino e de relevância no contexto cultural e tecnológico do país.

Com nossa pesquisa esperamos, contribuir para que a migração, independentemente de ser realizada por mulheres estudantes, não seja vista como algo irrelevante, podendo, assim, ser tratada como fato social de grande importância, pois, ao longo do processo de deslocamento, essas mulheres reconstróem, negociam ou reafirmam relações de poder, hierarquia e a própria identidade.

Nosso estudo teve por base o estudo qualitativo do tipo estudo de caso. A pesquisa qualitativa não busca enumerar ou medir eventos. Geralmente, não emprega instrumental estatístico para a análise dos dados; seu foco de interesse é amplo. Vale salientar que, no campo das ciências sociais, a pesquisa qualitativa assume diferentes significados. A pesquisa busca se aprofundar nas questões e não em resultados estatísticos. O tipo de abordagem geralmente é feito com questões que deem liberdade para os

entrevistados. Esse tipo de abordagem é viável para formar o cenário da pesquisa. É preciso salientar que a metodologia da pesquisa qualitativa é geralmente complexa, pois o pesquisador busca obter resultados aprofundados. Contudo, deve-se ter cuidado, pois, às vezes, apenas a abordagem qualitativa não é suficiente para uma investigação completa.

Na abordagem qualitativa, há um interesse em interpretar a situação em estudo sob o olhar dos próprios participantes; a subjetividade é enfatizada. Assim, o foco de interesse é a perspectiva dos informantes. Segue-se uma orientação que objetiva entender a situação em análise. O contexto é intimamente ligado ao comportamento das pessoas na formação da experiência, bem como o reconhecimento de que há uma influência da pesquisa sobre a situação, admitindo-se que o pesquisador também sofre influência da situação de pesquisa (MOREIRA, 2002).

Triviños quando estuda o método qualitativo, apresenta as contribuições de Bogdan que indica as seguintes características para a pesquisa qualitativa:

A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como fonte direta dos dados e o pesquisador como instrumento-chave. A pesquisa qualitativa é descritiva. Os pesquisadores qualitativos estão preocupados com o processo e não simplesmente com os resultados e o produto. Os pesquisadores qualitativos tendem a analisar seus dados indutivamente. O significado é a preocupação essencial na abordagem qualitativa. (TRIVIÑOS, 1987, p. 128-30).

O outro tipo de pesquisa qualitativa é o estudo de caso. O estudo de caso deve ser aplicado quando o pesquisador tiver o interesse em pesquisar uma situação singular, particular. Um estudo de caso vai apresentar três fases em seu desenvolvimento. Ele caracteriza-se da seguinte forma: inicialmente, há a fase exploratória; num segundo momento, há a delimitação do estudo e a coleta de dados; e, num terceiro estágio, há a análise sistemática desses dados, culminando na realização do relatório (OLIVEIRA, 2009, p. 06). As três fases não constituem uma sequência linear, havendo uma superposição entre elas. Nesta perspectiva é destacado que:

Os estudos de caso visam à descoberta. Os estudos enfatizam a 'interpretação em contexto', e buscam retratar a realidade de forma completa e profunda. Os estudos de caso usam uma variedade de fontes de informação e revelam experiência vicária e permitem generalizações naturalísticas. E procuram representar os diferentes e às

vezes conflitantes pontos de vista presentes numa situação social. Os relatos de estudo de caso utilizam uma linguagem e uma forma mais acessível do que os outros relatórios de pesquisa (LÜDKE E ANDRÉ, 1986, p.18-20).

O presente estudo tem como capítulos essenciais: A mulher no contexto dos estudos de gênero; Perspectiva das mulheres no mercado de trabalho; Migração feminina no contexto urbano; A cidade de Campina Grande enquanto espaço de trabalho e educação; Relatos de experiência de universitárias migrantes inseridas no mundo do trabalho.

No capítulo 1, focaremos sobre a mulher no contexto dos estudos de gênero. Abordaremos como se deu a luta das mulheres e a saída delas do espaço privado para o espaço público. Versaremos ainda sobre como se desenvolveu a ação dos movimentos feministas e os estudos sobre gênero e de que maneira a história social contribui para uma maior visibilidade das mulheres.

No capítulo 2, foi trabalhada a perspectiva das mulheres no mundo do trabalho. Discutimos como, no contexto da sociedade brasileira, as mulheres buscaram a sua realização profissional e a liberdade financeira.

No capítulo 3, propusemos reflexões em torno das migrações femininas no contexto urbano, refletir sobre migração feminina para o meio urbano é um procedimento importante, haja vista que a mobilidade é um fenômeno constituinte da experiência contemporânea.

No capítulo 4, abordamos aspectos sobre a cidade de Campina Grande enquanto espaço de trabalho e educação. A marca de cidade progressista, o papel proeminente no cenário nordestino, a relevância no contexto cultural e tecnológico do país são atributos bem consolidados do perfil de Campina Grande, o ideal de progresso e uma perspectiva de crescimento atrai pessoas de diferentes lugares.

No capítulo 5, analisamos os relatos de experiência de universitárias migrantes inseridas no mundo do trabalho. Através de seus relatos podemos notar que as mulheres passam a se deslocar de seu lugar de origem em busca de oportunidades para aprimorar seu grau de instrução. As mulheres na condição de migrantes nem sempre têm condições financeiras para se manter e, em decorrência disto, elas são obrigadas a se inserir no mercado de trabalho.

Esses dados subsidiaram nossa reflexão em torno do quão difícil é o cotidiano das mulheres migrantes que estudam e trabalham. Nessa perspectiva, podemos notar que a maior participação das mulheres migrantes no mercado de trabalho e o crescimento no seu nível de escolaridade acompanham as desigualdades resultantes da relação de gênero, implicando perdas para as mulheres trabalhadoras.

Em seguida, serão apresentadas as considerações finais, onde focaremos os achados teóricos que tiveram relevância eminente para o estudo, e que possibilitaram uma apreensão e visão transparente da temática sobre as mulheres na condição de estudantes universitárias e que são migrantes desenvolvem suas experiências educativas e trabalhistas em Campina Grande.

2.0. OBJETIVOS

2.1. OBJETIVO GERAL

Analisar as experiências e agenciamentos de mulheres no ensino superior na condição de migrantes em Campina Grande.

2.2. OBJETIVOS ESPECIFICOS

- ✓ Discutir no campo da história social do trabalho as experiências vivenciadas por mulheres no ensino superior a partir da relação trabalho e educação.
- ✓ Mostrar a partir da pesquisa histórico social os desafios os dilemas, as questões relativas à subjetividade de mulheres no ensino superior que atuam no mundo do trabalho.
- ✓ Elaborar o perfil étnico geracional de mulheres jovens que atuam no mundo do trabalho em Campina Grande e que através do trabalho elaboram meios de sobrevivências.

3.0. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1. A mulher no contexto dos estudos de gênero

Nos dias atuais, torna-se importante pensar a atuação da mulher no campo do trabalho e no campo da educação. Nesse diapasão, é importante conhecer historicamente a trajetória de luta das mulheres no contexto do mundo do trabalho e como isso se relacionou na vida delas entre o espaço público e o privado.

Na atualidade, o universo da mulher não se restringe somente à esfera doméstica, tendo participação ativa na sociedade. Sabemos, no entanto, que este fato, em dados momentos, encontrava-se ausente nas sociedades. Tomemos por base a origem da família e o regime patriarcal, nos quais a mulher e os filhos deviam submissão ao pai. Todos tinham de respeitá-lo, no lar ou fora dele.

Observa-se, portanto, que ao pai era dado o poder de decidir o futuro da mulher e de todos os filhos. A mulher não tinha, dentro de seu próprio lar, autoridade. Eram poucos os casos em que a mulher auxiliava o marido no que tange à direção e ao destino da família. Nessa perspectiva, Souza & Sardenberg (2013, p. 02) elucidam que

o histórico limitador das mulheres nos espaços públicos está atrelado e, sobretudo, ancorado na cultura hegemônica androcêntrica e nas desigualdades de gênero, restringindo as mulheres sempre aos espaços privados, à “natureza”, ao cuidar e procriar (2013, p.02).

A repressão e subordinação foram se naturalizando. Assim, para as mulheres desconstruírem essa naturalização, foi necessária muita luta e militância. A repressão trouxe para as mulheres, gradativamente, um intenso desejo de liberdade, seja de pensamento, sentimento ou opinião. Nesse contexto da história, as mulheres buscaram um novo rumo, de modo a alterar sua condição. Tal como observa Perrot (2007, p. 16), a mulher

partiu de uma história do corpo e dos papéis desempenhado na vida privada para chegar a uma história das mulheres no espaço público da cidade, do trabalho, da política, da guerra, da criação. Partiu de uma

história das mulheres para chegar a uma história das mulheres ativas, nas múltiplas interações que provocam a mudança (PERROT, 2007, P. 16).

A vontade de mudanças acabou determinando intensas transformações no âmbito familiar e no espaço público. A mulher começou então a criar meios para resistir à autoridade imposta pelo modelo patriarcal. No momento em que a mulher passava a exteriorizar pensamentos e conhecimento próprio, foi modificando a estrutura familiar até então existente. E, com o processo de luta, a mulher pôde direcionar sua vida como um sujeito capaz de agir, pensar, lutar por seus direitos. O pai não mais direcionava o futuro dos filhos e da esposa, como no passado. Acerca desta perspectiva, Piscitelli (2002, p. 02) assinala que,

no século XIX, a idéia de "direitos iguais à cidadania", pressupondo igualdade entre os sexos, impulsionou uma mobilização feminista importante, no Continente Europeu, na América do Norte e em outros países. Entre as décadas de 1920 e 1930 as mulheres conseguiram, em vários lugares, romper com algumas das expressões mais agudas de sua desigualdade em termos formais ou legais, particularmente no que se refere ao direito ao voto, à propriedade e ao acesso à educação.

É na perspectiva de luta que se desenvolvem as ideias e a ação do feminismo. Este movimento é entendido como ações sociais em prol dos direitos das mulheres, surgido nas décadas de 1960 e 1970 (ZIRBEL, 2007). A partir das ações desenvolvidas pelo movimento, as mulheres puderam assegurar seu direito à cidadania, pois a repercussão de tais ações resultou em direitos sociais para elas, legitimando seu papel enquanto agente transformador. Nesse contexto, cabe questionar o que o movimento reivindicava e quais segmentos dele participavam.

O movimento era marcado pela ação de mulheres de todas as idades, etnias e camadas sociais, as quais reivindicavam direitos trabalhistas, igualdade de jornada de trabalho para homens e mulheres e o direito ao voto. As primeiras organizações das mulheres pioneiras, também conhecidas como as igualitaristas e sufragistas, não só lutaram pelo o direito ao voto, mas também pelo direito a instrução. Além disso, protestaram contra a diferença na capacidade de conquistar propriedades.

As mulheres que assumiram as lutas sofreram discriminação tanto por parte dos homens como também de mulheres que ainda se encontravam subordinadas pelos valores morais impostos durante muitos anos. Com o

movimento feminista, destaca-se a conquista de novos territórios de luta, de maior visibilidade das mulheres, do reconhecimento e legitimidade social em relação à sua luta. É neste contexto que surgem os primeiros estudos em torno da categoria gênero. Nesse diapasão, acentuam-se nos espaços institucionais e acadêmicos estudos sobre as mulheres, os quais possibilitaram resgatar a sua condição sócio-histórica e cidadã.

Com o avanço e organização do movimento feminista, novos conceitos e teorias foram formulados. Dentre eles, figura o conceito de gênero. No tocante à relevância deste conceito, Scott, citado por Grossi, Heiborn & Rial (1999, p. 04) enfatizam as “origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e mulheres” e remete à ideia de construção sócio-simbólica das relações humanas.

De acordo com Piscitelli (2002, p. 01), “o conceito de gênero vem disseminando-se rapidamente a partir da década de 1980”. Sobre este assunto, Grossi, Heiborn & Rial (1999, p. 04) argumentam que,

Para os estudos de gênero “não existe uma determinação natural dos comportamentos de homens e mulheres, apesar das inúmeras regras sociais calcadas numa suposta determinação biológica diferencial dos sexos” (GROSSI, 1999, p. 4).

As relações de gênero são construídas a partir das diferenças sexuais. Portanto, não são naturais, mas criações das sociedades. Segundo John Scott (1995), o gênero não é adquirido ao nascer nem determinado pelo fator biológico, sendo formado pela cultura. Para ele,

o termo “gênero” também é utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. Seu uso rejeita explicitamente explicações biológicas, como aquelas que encontram um determinador comum, para diversas formas de subordinação feminina, nos fatos de que as mulheres têm a capacidade para dar à luz e de que os homens têm uma força muscular superior. Em vez disso, o termo “gênero” torna-se uma forma de indicar “construções culturais”. (SCOTT, 1995, p. 75).

Foi a partir da contribuição de ideias como essas que muitas pessoas passaram a desconstruir certas ideologias e lutar por direitos iguais para ambos os sexos, masculino e feminino. Partindo da premissa de que o gênero é uma construção social, podemos, então, concluir que ele não se apresenta sempre homogêneo em todas as épocas e lugares. Tal categoria depende dos costumes de cada lugar e sociedade, da experiência cotidiana das pessoas

deste lugar, variando de acordo com as leis, as religiões, a maneira de organizar a vida familiar e a vida política de cada povo ao longo da história.

O pensamento feminista defende que a condição de subordinação da mulher é construída socialmente e que aquilo que é construído pode ser modificado. Em outras palavras, ao passo que se alteram as maneiras de perceber as mulheres, seria possível mudar o espaço social por elas ocupado. Guiadas por esta linha de pensamento, muitas mulheres ligadas ao pensamento feminista passaram a defender a igualdade no exercício dos direitos, questionando, ao mesmo tempo, as raízes culturais destas desigualdades.

Nesta perspectiva de análise, dava-se como estabelecido que as mulheres compartilhavam de uma realidade diferente da dos homens. As teóricas feministas passaram a revisar as produções disciplinares, perguntando-se como seriam diferentes se a história, a antropologia e a ciência política tivessem considerado relevante o “ponto de vista feminino”.

Acerca desta perspectiva Souza e Sardenberg (2013, p. 02) argumentam que,

nas produções científico-acadêmica, havia restrições que se ancoram ainda nos valores e modelo de racionalidade das ciências ocidentais modernas hegemônicas, num saber-poder que tem historicamente excluído às mulheres. E em decorrência disso foi construído uma historiografia que deixa às experiências das mulheres e sua participação na produção do conhecimento na invisibilidade.

A reclamação contra essa invisibilidade fez surgir movimentos feministas em vários cantos do mundo, para propor um novo olhar que trate a mulher com a mesma importância social gozada pelos homens (JARDIM; PIEPPER, 2010). Destarte, levantaram-se questionamentos sobre os espaços da mulher na historiografia e sobre a importância dos estudos de gênero no campo da pesquisa histórica. Os estudos de gênero são relevantes para o campo da história, pois nos instigam a conhecer o processo histórico que o ser feminino viveu e vive, conduzindo-nos ao entendimento da complexa teia de relações entre Homem e Mulher, bem como ao questionamento das construções em torno dessas relações.

Assim, “a partir dos anos 1960, as mulheres, como um grupo mais organizado, vão criticar essa forma de fazer ciência – positivista, androcêntrica” (SOUZA; SARDENBERG, 2013, p. 02). Com isso, foi possível trazer importantes contribuições para a mudança de paradigmas no esteio do advento das teorias pós-modernas e suas propostas desconstrutivistas.

A proposta de grupos feministas é o desenvolvimento de um projeto de ciência alternativo e democrático, favorecendo maior visibilidade de múltiplos atores e sujeitos, com perspectivas de análises sociais que venham a contemplar o segmento feminino.

Nesse sentido, muitos estudiosos passaram a recorrer à história cultural e à história social, possibilitando, assim, que a mulher passasse a ser um objeto de estudo mais evidenciado. Para as mulheres, isso foi de grande relevância, pois contribuiu para seu processo de conquistas e luta em prol do direito político e de espaço. Para Perrot (2007), em muitas sociedades, a invisibilidade e o silêncio das mulheres fazem parte da ordem das coisas, embora elas venham rompendo com esse padrão. A história social tem contribuído para isto, ganhando destaque principalmente a partir das publicações de E.P. Thompson (1987). Conforme o pensamento do autor, a história social

não se limitou apenas a identificar o problema geral da reconstrução da experiência de um grupo de pessoas comuns. Percebeu também a necessidade de tentar compreender o povo no passado, tão distante no tempo, quanto o historiador moderno é capaz á luz de sua própria experiência e de suas próprias reações a essa experiência.” (BURKE, 1992, p.42).

Com a chegada de uma história econômica e social, interessada em ressignificar a história dos marginalizados, surge, então, a possibilidade de uma escrita nova e, portanto, abre-se um espaço para a história das mulheres. Esse modelo historiográfico diferenciava-se do positivismo, uma vez que “o positivismo, com sua proposta de escrita da história, excluía as mulheres. A elas, não era permitido estar na história, da mesma maneira que não poderiam escrever a história” (JARDIM; PIEPPER, 2010, p. 07).

Desta feita, os historiadores sociais passam a contribuir para a ampliação do conceito de fontes, a multiplicação dos objetos de pesquisa e

uma abordagem das práticas dos grupos considerados marginais no contexto da história oficial. Neste diapasão, os historiadores sociais

acorreram não para preencher o vazio, mas para esgaravatar nas ruínas da velha nova história, não para reconstruir um passado único, mas para cavar em diversas direções. História Negra, História Urbana, História do trabalho, História das mulheres, história da criminalidade, da sexualidade, dos oprimidos, dos silenciosos, dos marginais- abriram-se tantas linhas de investigação que a história social parecia dominar a pesquisa em todas as frentes. (DARNTON, 1990, p.177).

Nesta perspectiva, haverá maior possibilidade para analisarmos as mudanças da sociedade, não apenas em termos de movimentos de reivindicação, mas também para hábitos e costumes das mulheres acerca da sexualidade, maternidade, aborto, educação, família, dentre outras esferas.

É preciso ressaltar que foi com Michel Foucault (1979, 1996) que a história das mulheres passou a ganhar um embasamento teórico mais eficaz para analisar as fontes. Havia poucas fontes para a realização dos estudos sobre as mulheres e, “através de Foucault, é possível analisar os documentos que se tem a partir de outra ótica, já que ele se propõe a analisar o exercício do poder nos seus mais variados discursos” (JARDIM; PIEPPER, 2010, p. 08).

Então, através do estudo e investigação dos discursos e das relações de poder existentes nas fontes disponibilizadas, é possível averiguar os vestígios da história das mulheres. Podemos, com isso, analisar como a condição desses sujeitos foi sendo definida em sociedade.

A história social representa um avanço no que se refere aos métodos, conceitos e fontes. Nesse contexto,

historiadores da década de 1960 e 1970 abandonaram os mais tradicionais relatos históricos de líderes políticos e instituições políticas e direcionaram seus interesses às investigações da composição social e da vida cotidiana dos operários; criados; mulheres; grupos étnicos e congêneres (HUNT, 1992, p. 02).

A partir de então, a história social embasada pela arte da problematização está em constante renovação “mediante a elaboração de novas questões, de uma releitura dos documentos e da exploração de novas

fontes, reconhecimento e prospecção de novos campos de investigação” (DUBY, 1988, p. 130).

Todo esse processo foi muito importante, pois possibilitou às mulheres ter maior visibilidade no seio das sociedades. Na atualidade, elas desempenham muitas funções. São professoras, empregadas domésticas, empresárias, advogadas, médicas, donas de casa. Assumem diversas atividades, recebem salários inferiores aos dos homens, criam seus filhos. São brancas, negras, loiras e ruivas. Enfim, elas passam a ter maior visibilidade não apenas no universo privado, mas nas relações públicas sociais. Apesar destas conquistas, a partir de qualquer ângulo a partir do qual se tome este grupo – seja no campo da saúde, da educação, no espaço doméstico –, a realidade ainda revela muitas desigualdades, sendo esta uma situação sobremaneira desfavorável à condição da mulher.

3.2. Perspectiva das mulheres no mundo do trabalho

Através de nossos estudos, pudemos constatar que as relações de gênero se referem aos tratos sociais desiguais de poder entre homens e mulheres, resultando de uma construção social do papel do homem e da mulher. A partir da percepção social das diferenças sexuais, essa perspectiva contribuiu para que as mulheres fossem tratadas como inferiores ao homem e, em decorrência disto, a mulher se deparou com inúmeros obstáculos para se inserir no mundo do trabalho.

No século XX, acontecimentos especialmente relacionados ao processo de urbanização e desenvolvimento das cidades e à entrada das mulheres no mercado de trabalho acarretaram mudanças econômicas na sociedade (SIMÕES; HASHIMOTO, 2012). Essas mudanças não só contribuíram para o início do processo de autonomia e independência financeira da mulher diante do homem como também acenaram para mudanças nos usos, costumes, valores e projetos de família.

A entrada da mulher no mercado de trabalho contrariava a estrutura social, rompendo com padrões pré-estabelecidos. Como resultado, a mulher, na busca da realização profissional e da independência financeira, encarou diversos desafios, principalmente o preconceito. Em decorrência do

preconceito no mundo do trabalho, a invisibilidade das mulheres persistiu. Nesta conjuntura, as mulheres desenvolveram o papel de coadjuvantes, na condição de auxiliares, desempenhando as funções consideradas menos importantes nos campos produtivos que lhes eram abertos.

As mulheres trabalhadoras eram parte do exército industrial de reserva, dadas as características da sua inserção na indústria, marcada pela descontinuidade, pela desqualificação e pelos baixos salários. As desigualdades de poder reproduzidas dentro das fábricas e em outros ambientes de trabalho são estendidas à organização sindical, vista em certos momentos como um espaço masculino e excludente para as mulheres, negando a esses sujeitos visibilidade para formas específicas de luta e de resistência.

É neste cenário que o movimento feminista e o debate sobre gênero buscava a conquista de direitos sociais que contribuíssem para a construção de uma nova cultura política, capaz de permitir o crescimento da participação das trabalhadoras e questionadora da divisão sexual das tarefas, como também do controle masculino do poder. Obviamente, esta luta das mulheres trabalhadoras não é fácil. Nessa perspectiva, Araújo (2005, p. 92) assevera que

pesquisas em diferentes ramos industriais mostraram a ocorrência de um processo semelhante de masculinização dos setores modernizados através da introdução de equipamentos de última geração ou da complexificação das tarefas, mediante a aproximação entre operação, inspeção de qualidade e manutenção, processos que exigem treinamento e novas qualificações.

Araújo (2007) chama atenção para um processo que desfavorece as mulheres no mundo do trabalho. O advento das mudanças econômicas e tecnológicas ocorridas no interior das indústrias resultou no deslocamento do emprego feminino para as empresas de menor porte. Tanto nas grandes quanto nas pequenas empresas, as mulheres desempenhavam atividades nas linhas de montagem e na operação de máquinas tecnologicamente pouco sofisticadas.

No mundo do trabalho, há um aumento em postos para as mulheres; porém, de forma precarizada e desvalorizada. Sua mão-de-obra tem valor inferior à do homem; os cargos que lhes são confiados requerem menor índice

de qualificação; seus salários são inferiores e não possuem os mesmos direitos que os homens. Conforme detecta Antunes (2006, p. 105),

vivencia-se um aumento significativo do trabalho feminino [...] no universo do trabalho part time, precarizado e desregulamentado [...] esta expansão do trabalho feminino tem [...] significado inverso quando se trata da temática salarial, terreno em que a desigualdade salarial das mulheres contradita a sua crescente participação no mercado de trabalho. Seu percentual de remuneração é bem menor do que aquele auferido pelo trabalho masculino. O mesmo frequentemente ocorre no que concerne aos direitos e condições de trabalho (ANTUNES,2006, p. 105).

De um lado, observou-se a inserção crescente das mulheres no trabalho extra-doméstico. Assim, as mulheres puderam ter acesso a postos antes ocupados apenas por homens. De outro, a crescente informalidade e as más condições de trabalho incidem de forma mais intensa sobre as mulheres inseridas no mercado de trabalho.

Em decorrência desta realidade presente no mercado de trabalho, têm-se diversificado estudos sobre mulher e trabalho. Um dos objetivos dos estudos é conferir visibilidade à mulher e desvendar desigualdades e discriminações no assalariamento e na gestão do processo de trabalho, reivindicando igualdade de tratamento já com o enfoque de gênero, igualdade e diferença.

Nessa conjuntura, através do processo de luta e instrução formal, as mulheres obtiveram conquistas tanto na esfera pública quanto na doméstica. Tais conquistas propiciaram às mulheres a percepção de que é possível ter uma realidade diferente e que, ao se organizarem, teriam mais forças para enfrentar as relações de dominação que sofriam dentro e fora de casa.

Suas principais lutas no âmbito do trabalho foram pela redução da jornada de trabalho e igualdade salarial. Logo, “através de uma luta constante por seus direitos, as mulheres trabalhadoras romperam o silêncio e projetaram suas reivindicações na esfera pública” (ALVES, 1983, p. 41).

No tocante ao processo reivindicatório da mulher, ainda há muito o que fazer, especialmente no contexto brasileiro. Conforme Abramo (2007, p. 05), “as mulheres representam 42% da população economicamente ativa no Brasil, já são mais escolarizadas que os homens e sua taxa média de participação é de 50,3%”. No entanto, ainda persistem desigualdades de rendimento por hora

de trabalho e a taxa de desemprego das mulheres é significativamente mais elevada que a dos homens.

A situação torna-se mais preocupante quando se conjectura que, na sociedade, as mulheres continuam se concentrando especialmente em atividades pouco prestigiadas, tais como serviço doméstico, trabalho familiar agrícola, vendas ambulantes e trabalhos de linha de produção em fábricas, destituídas de oportunidades de profissionalização e sem estímulo à ascensão funcional (CASTRO, 1992).

Destarte, segundo Maruani (2003), conhecemos mudanças que, no entanto, não são rupturas. São brechas decisivas; porém, não definitivas. Assim, podemos concluir que a feminização do mercado de trabalho é real, mas inacabada, incompleta. Prova disto é que esta se faz sob o signo da desigualdade e da precariedade. O afluxo das mulheres no mercado de trabalho, assim como o crescimento da escolaridade feminina, marcam uma reviravolta na história das mulheres. Na história das relações entre homens e mulheres, os avanços certamente são avaliados em termos de liberdade e autonomia.

Para haver mudanças efetivas, seria preciso que as próprias mulheres se mobilizassem. E foi o que as feministas fizeram. Foram à luta. Realizaram múltiplas conquistas, como a entrada da mulher no mercado de trabalho e o crescimento acentuado da escolarização. Mas, como podemos perceber, essas conquistas não conseguiram ainda romper com todas as mazelas que persistem no universo feminino. As discussões que vêm ocorrendo em decorrência desta realidade têm contribuído para libertar as mulheres da invisibilidade e desvendar as desigualdades e discriminações no assalariamento e na gestão do processo do trabalho.

3.3. Migrações feminina no contexto urbano

Refletir sobre migração feminina para o meio urbano é um procedimento importante, haja vista que a mobilidade é um fenômeno constituinte da experiência contemporânea. Nesse diapasão, podemos, então, questionar: o que significa ser migrante? Compreendemos o ser migrante como um sujeito

deslocado, movido de seu lugar de origem. Logo, para se compreender o processo migratório, deve-se vê-lo enquanto fenômeno que envolve tanto a materialidade quanto a produção social e a corporeidade (CRESSWELL, 2006; KELLERMAN, 2006).

O processo migratório é um movimento de desenraizamento que implica deixar os lugares de infância, juventude ou idade adulta, responsáveis pela formação do sujeito enquanto pessoa e sobre os quais se edifica a identidade. Implica, portanto, sair dos territórios e lançar-se no mundo, frequentando lugares de pouca ou nenhuma familiaridade, sobre os quais há pouco ou nenhum controle, sendo esta uma das raízes da insegurança (MARANDOLA JÚNIOR, 2008).

Nesta perspectiva, podemos mencionar os deslocamentos populacionais forçados, que ocorrem devido à perseguição por motivos de raça, religião e nacionalidade. Por pertencer a determinado grupo social ou professar determinadas opiniões políticas, as pessoas são obrigadas a fugir da própria terra. Nos últimos anos, outro tipo de deslocamento geográfico se tornou mais comum e assustador: os assim chamados “refugiados ambientais”. São pessoas obrigadas a se deslocar por causa de secas, inundações, furacões e outras calamidades “naturais” (MARINUCCI, 2008, p. 05).

Há também o deslocamento não forçado de homens e mulheres motivado pela procura de novas oportunidades que venham a incrementar sua qualidade de vida. Desta feita, podemos constatar que, no Brasil, desde o período de 1980, houve intensas mudanças estruturais. Suas consequências não poderiam deixar de se refletir nos processos migratórios. Assim, a queda nos níveis de fecundidade, a intensa urbanização, o aumento nos níveis de escolaridade e a incorporação de novos papéis sociais por parte das mulheres (BRUSCHINI, 1998) deram margem a inferências sobre a participação da mulher nos processos migratórios em busca de trabalho, de aprimoramento da escolaridade e de aperfeiçoamento profissional.

Chaves (2012, p. 152) assinala que “as dimensões do país, seus contrastes e seu volume populacional geram uma mobilidade espacial da população que, além de intensa, é diversificada em sua tipologia”. Assim, podemos observar que as mulheres migram mais que os homens: uma das famosas leis de Ravenstein, (CHAVES, 2012). Nesse sentido, a migração

realizada por mulheres estaria mais vinculada à busca de maiores oportunidades no mercado de trabalho, melhor qualificação e aumento da escolaridade. As mulheres geralmente realizam migrações entre-estaduais, bem como para as áreas metropolitanas.

A sede da área metropolitana é a direção preferencial dos deslocamentos com forte presença feminina. Para lá se deslocariam de forma mais autônoma as mulheres em busca de melhores condições de trabalho e/ou instrução: “por serem espaços onde vive a população com maior poder aquisitivo ou que mais demanda o serviço doméstico” (CHAVES, 2012, p. 160). Nas áreas centrais, o custo da moradia é maior que nas periferias das grandes cidades. Nesse sentido, é compreensível que um número expressivo de mulheres migrantes resida nos municípios em torno das sedes das regiões metropolitanas, mesmo que isso implique deslocamentos diários para o local de trabalho.

Elementos em nossa sociedade apontam para a existência de migração feminina realizada por migrantes solteiras mais desvinculadas da ideia de movimento familiar (CHAVES, 2012). Apesar de, nos deslocamentos das mulheres, a migração familiar ser mais expressiva, a migração independente não é irrelevante e pode ser tratada como fato social. Podemos, então, citar como exemplo o movimento de mulheres estudantes que, em busca de melhores oportunidades acadêmicas, migram para outras regiões do Brasil. Ao longo do processo de deslocamento, essas mulheres reconstróem, negociam ou reafirmam relações de poder, hierarquia e a própria identidade (CASTRO, 2006).

Estudar o processo de deslocamento de mulheres em busca de melhores condições de vida é importante, pois, assim, as mulheres deixam de ser vistas como agentes secundários de processos migratórios, invisíveis em suas especificidades. Elas se deslocam; porém, os estudos acerca deste fenômeno são relegados a segundo plano. As mulheres, então, passam a ser vistas como coadjuvantes, dependentes ou simplesmente invisíveis nos fenômenos analisados. Dessa forma, os estudos com este enfoque buscam “compensar” a ausência das mulheres na análise de processos migratórios, porquanto “o atual contexto dos fenômenos migratórios obriga a construção de

novos olhares e perspectivas” (MOROKVASIC; EREL; SHINOZAKI, 2003, p. 15).

Morokvasic (2000) explica que os estudos das estratégias migratórias ressaltam importantes diferenças entre a migração masculina e feminina, revelando fenômenos distintos e independentes. Portanto, é importante trazer à tona a equidade entre os agentes da migração, não somente atribuindo à mulher migrante um papel secundário de coadjuvante, ou ainda restringindo-a à tarefa da reunificação familiar.

3.4. A cidade de Campina Grande enquanto espaço de trabalho e educação

A cidade de Campina Grande, nas primeiras décadas do século XX, destacou-se como uma cidade promissora. “O comércio do algodão e as facilidades de transportes e comunicações representadas pela instalação de uma estação ferroviária propiciaram a circulação de pessoas, riquezas e informações como nunca antes havia ocorrido” (CAVALCANTE, 2004, p. 01).

Na cidade, o lombo dos animais dos tropeiros carregava farinha, rapadura, peles e algodão, sendo este último o principal produto comercializado em Campina Grande. A chegada do trem, em 2 de outubro de 1907, transformou a cidade na segunda maior exportadora de algodão do mundo, perdendo apenas para Liverpool, na Inglaterra. O ciclo do “ouro branco” atravessou várias décadas, atingindo seu ápice na década de 1950 (ALVES, 2013, p. 87).

Silva Júnior (2009) destaca que Campina Grande viveu dois ciclos econômicos importantes: o do algodão e o da industrialização, sendo ambos entrelaçados. As primeiras indústrias que surgiram na cidade tinham por matéria-prima o algodão. “No início do século XX, beneficiavam e prensavam o algodão e até a década de 1940 se constituíam nas principais e quase únicas unidades industriais” (ALVES, 2013, p. 87).

Podemos, então, observar que Campina Grande, na busca de ser moderna, civilizada e educada, passou por um processo de transformação no qual o novo e o velho conviviam numa intrincada rede de interesses,

evidenciando não só mudanças materiais, mas também a chegada de novos ritmos de vida, novos códigos. Assim, na medida em que novos ofícios iam surgindo, foram também surgindo novas necessidades de consumo e novas formas de convivência entre homens e mulheres. Com a vida urbana despontando no horizonte como possibilidade e com as mudanças de costumes e hábitos então vivenciadas,

a localização estratégica de Campina Grande ao longo dos anos tem sido destacada como importante diferencial para o seu desenvolvimento econômico, pois historicamente tem servido de ligação entre o interior do estado e a capital paraibana e até para outros estados (ALVES, 2013, p. 87).

Nesse sentido, “a localização e serviços de infraestrutura em nível favorável; energia e água abundantes, tornaram-se atrativos para que as indústrias se instalassem em Campina Grande” (ALVES, 2013, p. 87), gerando, então, trabalho e oportunidades para as pessoas. Contudo, não só houve desenvolvimento neste setor. Deu-se uma perspectiva igualmente favorável para o desenvolvimento da educação.

Destarte, a educação passou a ser direcionada de acordo com os interesses progressistas do Estado. Nesse contexto, a educação é revestida de todo um caráter científico, mas que traz consigo uma missão redentora. “A educação, acoplada à medicina, à psicologia, à psiquiatria e à justiça, seria a cura para a ignorância, algo necessário para o ‘bem-estar’ da nação” (CAVALCANTE, 2004, p. 03). Logo, em Campina Grande, houve a preocupação com a instalação de escolas e, posteriormente, de universidades. Enquanto instituição, elas almejavam uma nova forma de educar crianças e jovens em sintonia com os novos tempos e com maior eficiência.

É nesse processo que surgem as primeiras grandes escolas da cidade: “o Colégio Alfredo Dantas, em 1919, o Colégio Pio XI e o Colégio Imaculada Conceição-DAMAS, em 1931, sendo esta última uma escola voltada, até 1970, exclusivamente para a educação de moças” (CAVALCANTE, 2004, p. 03). Outras instituições educacionais também emergiram na cidade, contribuindo, assim, para a sua ampliação e modernização.

As instituições educacionais contribuíram para novas mudanças urbanas e o surgimento de novos códigos de sociabilidade. Desta feita, surgiram novos comportamentos, modos de vestir, hábitos alimentares, novas regras para as relações de gênero, transformações no vocabulário, mudanças nas percepções de tempo e do outro (CAVALCANTE, 2004).

Com os avanços no setor da educação e do trabalho a cidade tem atraído pessoas de diferentes localidades do estado e também de outros estados do Brasil e de outros países também, com isso é atualmente considerado o segundo município mais populoso do estado (IBGE, 2010). Atualmente, a população urbana é de 367.209 e a rural 18.004 (COSTA et al., 2013).

Nas últimas décadas, houve um crescimento significativo da população especialmente na área urbana, alcançando uma média de 104% entre os anos 1970 e 2010. “Esse crescimento reflete uma realidade nacional e está relacionado a um modelo de desenvolvimento urbano-industrial” (COSTA; LIMA; SANTOS, 2013, p. 90). Nesse diapasão, a cidade passa a ser construída para atender às demandas crescentes da população.

Ferreira (2013, p. 111) elucida que “a marca de cidade progressista, o papel proeminente no cenário nordestino, a relevância no contexto cultural e tecnológico do país são atributos bem consolidados do perfil de Campina Grande”. Podemos ver, então, que “a cidade demonstra respirar um ideal de progresso e expirar uma perspectiva de crescimento que atraía forasteiros e seus projetos de plantar nesta terra sonhos para colher realizações” (FERREIRA, 2013, p.111).

A cidade atrai mulheres e homens de regiões vizinhas ou distantes. Essas pessoas podem, através do trabalho, tornar-se figuras de sucesso no comércio, na indústria ou até mesmo na política da cidade. Nesta lógica, incluem-se as mulheres estudantes e migrantes que estamos analisando. Elas trazem consigo sonhos e ideais que podem contribuir para que a cidade de Campina Grande se fortaleça como um expoente econômico, polo cultural, educacional, tecnológico e de saúde para os paraibanos.

Essas mulheres vêm desempenhando atividades importantes na educação, saúde e comércio, atividades relevantes para as gerações atuais e para a posteridade. Elas vêm deixando, através de seu trabalho, um legado de honra, coragem, empreendimento, construção e modelagem de um amálgama humano tão impressionantemente heterogêneo quanto surpreendentemente bem-sucedido. Uma lição de autoestima, encorajamento e ânimo em tempos de desesperança para revigorar nossa luta em favor da Campina Grande que queremos para o amanhã.

3.5. Relatos de experiência de universitárias que estão inseridas no mundo do trabalho e são migrantes

Reportar-nos-emos, aqui, a relatos de vida de mulheres universitárias migrantes. Abordaremos os múltiplos desafios enfrentados por elas para conciliar simultaneamente estudos e trabalho. Propomo-nos a desvendar a situação da mulher universitária no mercado de trabalho e as implicações acarretadas por essa inserção na vida acadêmica/pessoal/familiar desses sujeitos. Buscaremos, portanto, perceber, através dos discursos das mulheres, discriminações sofridas enquanto estudantes e/ou trabalhadoras.

Oito estudantes universitárias oriundas do estado de Pernambuco com idade entre 23 a 27 anos, maioria de étnica negra e pertencentes a classe média, todas elas responderam um questionamento contendo onze perguntas. Elas relataram sobre o seu processo de inserção na vida acadêmica, e suas dificuldades e vivências.

Na pesquisa, verificamos que as mulheres se deslocaram de sua cidade natal para Campina Grande em busca de oportunidades para concluir sua instrução formal. Vejamos o que a estudante M.B.E. afirma sobre sua vinda à cidade: “Passei a residir na cidade de Campina por ela ser uma cidade desenvolvida e ter boas universidades e por ser uma cidade de médio porte”. A estudante L. R. E. diz “minha irmã veio, estudar na cidade de Campina eu então aproveitei a oportunidade, esse fato motivou a sair de minha cidade de origem”

Apesar de a referida cidade desempenhar um papel proeminente no cenário nordestino, tendo relevância no contexto cultural e tecnológico, ainda assim as pessoas que aqui chegam enfrentam dificuldades de múltiplas naturezas para garantir sua sobrevivência. Acerca disto, a estudante A.F.S. menciona: “já passei por muitas dificuldades. Uma delas é a falta de assistência. Já necessitei de médicos e tive dificuldades para ser atendida. A cidade é um pouco violenta. Por conta disso, já me roubaram e também os transportes são poucos para muitas pessoas”.

A estudante L. R. E. também comentou sobre as dificuldades e desafios pelos quais passa na cidade de Campina Grande. Segundo ela, “a maior dificuldade é a falta de dinheiro. É porque a gente tem gastos com alimentação, transporte, médico e livros, e a gente não tem nem uma ajuda”. A estudante M.B.E. mencionou que a sua maior dificuldade foi “ter que apreender a conviver com pessoas que nunca tinha convivido. E tive que apreender a lidar com a grande movimentação do trânsito”.

As estudantes nos esclarecem que estar em Campina Grande é um desafio, mas também uma oportunidade que gerou em suas vidas mudanças significativas. Acerca disto, a estudante M.B.E. afirma: “Na cidade de Campina, tive boas oportunidades e isso gerou mudanças em minha vida. No hospital que trabalho, tive boas oportunidades, pois tive assistência dos professores e dos técnicos que trabalham no hospital” Já a estudante F. C. S. Nos esclarece que já teve muitas oportunidades “Com meu estudo pude conseguir um emprego em um escritório quando cheguei aqui não ganhava dinheiro só tinha contas para pagar e agora tenho dinheiro para pagar minhas dividas, tudo melhorou e isso para mim foi uma grande oportunidade para mudar minha vida”.

As mulheres que chegam a Campina para estudar nem sempre têm boas condições financeiras para custear seus estudos e moradia. Por causa desta realidade, elas têm de trabalhar. A estudante A.F.S. esclarece: “Para estar aqui, tenho que trabalhar e com o dinheiro pago o aluguel do apartamento, alimentação e plano de saúde”.

Pudemos perceber que a falta de dinheiro dificulta muito o bem estar das mulheres analisadas. Todavia, constatamos também que elas não só enfrentam este tipo de dificuldade, mas também lidam com o preconceito. A este respeito, a estudante A.F.S. revela: “Já fui discriminada, especialmente por ser pobre.

A estudante M.B.E. esclarece:

Tenho sentido discriminação por pertencer a outra comunidade, pois algumas pessoas acham que sua cultura é melhor que a minha, e que Campina é melhor que a minha comunidade. Muitas vezes, não estudam e não conhecem a minha comunidade. Mesmo assim, atribuem preconceito a ela

Neste ensaio propomos discutir o preconceito e a visibilidade das discriminações em relação as diferenças e multiplicidades sociais emergentes, compartilhar gostos musicais, artísticos, ideologias e opiniões, amor por um lugar, tem sido o caminho mais curto para a harmonia das relações sociais, o problema é que o estranho ou antagônicos passam a não ser bem quisto em sociedade, assim os grupos contrários se digladiam e reclamam uma superioridade tudo isso faz gerar o preconceito a não aceitação com o diferente. Através do relato da estudante podemos notar que na cidade de Campina há pessoas que defendem a superioridade de sua cultura perante as demais, a ideia de superioridade cultural é erroneamente repetido nas conversas de bar, nas redes sociais ou no próprio ambiente acadêmico, essa atitude infelizmente dificulta a sobrevivência das pessoas que vêm de outros estados.

Apesar desta realidade, as mulheres entrevistadas acreditam que Campina Grande oferece boas oportunidades para as mulheres migrantes de inserção no mercado formal. A este respeito, a estudante L.E.B. elucida: “A cidade oferece oportunidades para as mulheres migrantes, mas a competência e o compromisso das mulheres migrantes será um diferencial de competitividade”. Já a estudante M.B.E. menciona: “A cidade oferece oportunidades para as mulheres. Porém, tudo vai depender muito do preparo

que as mulheres migrantes têm. É preciso que elas estudem e tenham esforço para correr atrás das oportunidades”

As entrevistadas esclarecem que as mulheres migrantes podem desempenhar na cidade de Campina Grande importantes atividades. Assim, a estudante A.F.S. menciona que “as mulheres migrantes podem desenvolver vários papéis na cidade de Campina. Elas podem, através do seu trabalho, participar da esfera política, cultural. Elas podem ser importantes para a esfera da educação e da saúde”.

Nesta perspectiva a discente M. C. N. menciona “a mulher em qualquer lugar pode ser útil, inclusive em Campina Grande ela pode ser professora assim ela estará contribuindo com a educação, ela pode até mesmo atuar na área da saúde, o importante mesmo é que a mulher tenha oportunidade de emprego. Como é que alguém pode ser importante para a cidade se esse alguém não tem a oportunidade de atuação? É preciso que haja um olhar atencioso para a condição das mulheres migrantes na cidade de Campina Grande, caso contrário as mulheres migrantes voltaram para sua terra de origem. Infelizmente conheço uma boa amiga que teve que voltar para sua cidade pois não obteve oportunidade de emprego aqui em Campina, e isso tudo é muito triste e infelizmente pode acontecer com qualquer uma de nós”. Acredito que é muito triste para uma mulher que vive na condição de migrante ter que voltar para sua cidade sem conquistas, surgiu infelizmente um sentimento de impotência e tristeza”.

O processo de modernização de Campina Grande é reflexo das transformações de natureza social, econômica, política e mental. Com isso, foram sendo impressas marcas no viver cotidiano dos indivíduos, estabelecendo relações por vezes tensas e conflituosas e, por vezes, de franca harmonia. Assim, as mulheres migrantes foram se inserindo nessas relações. Por meio de nossa observação, pudemos constatar que as mulheres, felizmente, já conseguiram ultrapassar a construção social que se criou a respeito do lugar que deveriam ocupar na sociedade. Como resultado, elas podem se deslocar de seu lugar de origem, trabalhar e estudar, buscando,

assim, a garantia de que realmente ocupem um lugar de igualdade perante os homens na sociedade.

Nesse diapasão, precisamos reconhecer que o deslocamento de mulheres é fruto de mudanças e necessidades muitas vezes imposto pelas práticas de vida. Logo, cabe aos seres humanos e instituições pensar em uma vivência mutuamente inclusiva, capaz de garantir não só às mulheres, mas a todos os segmentos sociais, um futuro sustentável, igualitário e renovado.

Através de nosso estudo, verificamos que as mulheres vêm desempenhando atividades importantes na educação, saúde e comércio. Entretanto, como podemos observar, existem dificuldades para que as mulheres se dediquem ao trabalho ou frequentem a universidade. Tais dificuldades causam alguns transtornos no seu desempenho acadêmico e/ou profissional, reforçando a construção ideológica de que elas seriam “trabalhadoras de segunda categoria” (AGALHAES; SILVA, 2010, p. 07).

O crescimento do trabalho das mulheres é fruto da pressão econômica e da necessidade de arcar com os custos de educação e saúde, devido à precarização dos sistemas público de atendimento. Por outro lado, “[...] é fruto de um processo de modernização e mudança cultural observado no Brasil a partir da década 1970 (fruto das lutas das mulheres) e junto a esse processo observa-se a expansão da escolaridade” (AGALHAES; SILVA, 2010, p. 183).

Podemos afirmar, então, que a cultura escolar vigente em sociedade exige das meninas atitudes de dedicação aos estudos, além de obediência e bom comportamento, favoráveis à permanência delas na escola (BRUSCHINI; LOMBARDI, 2003). Assim, através de nosso estudo, conformamos que nossas entrevistadas estão inseridas nesta cultura, pois são mulheres aptas, em todos os níveis, de seu existir corpóreo e psicológico para exercer a plenitude de sua realização na cotidianidade da vida familiar e na socialização da força de trabalho

4.0. Considerações finais

A reclamação contra a invisibilidade da mulher fez surgir movimentos feministas em vários cantos do mundo, para propor um novo olhar que trate a mulher com a mesma importância social gozada pelos homens

No momento em que a mulher passava a exteriorizar pensamentos e conhecimento próprio, foi modificando a estrutura familiar até então existente. E, com o processo de luta, a mulher pôde direcionar sua vida como um sujeito capaz de agir, pensar, lutar por seus direitos.

No século XX, acontecimentos especialmente relacionados ao processo de urbanização e desenvolvimento das cidades e à entrada das mulheres no mercado de trabalho acarretaram mudanças econômicas na sociedade (SIMÕES; HASHIMOTO, 2012). Essas mudanças não só contribuíram para o início do processo de autonomia e independência financeira da mulher diante do homem como também acenaram para mudanças nos usos, costumes, valores e projetos de família.

A entrada da mulher no mercado de trabalho contrariava a estrutura social, a mulher precisou romper com padrões pré-estabelecidos. Como resultado, a mulher, na busca da realização profissional e da independência financeira, encarou diversos desafios, principalmente o preconceito. Em decorrência do preconceito no mundo do trabalho, a invisibilidade das mulheres persistiu. Nesta conjuntura, as mulheres desenvolveram o papel de coadjuvantes, na condição de auxiliares, desempenhando as funções consideradas menos importantes nos campos produtivos que lhes eram abertos.

A luta das mulheres pela mudança deste cenário impulsionou transformações significativas e isso vem ocorrendo pelo aumento do nível de instrução das mulheres, possibilitando o crescimento da participação feminina no mercado de trabalho. Observa-se, portanto, que, para serem inseridas no mercado de trabalho, as mulheres precisam ter um maior nível de escolaridade. O problema é que nem sempre elas têm a possibilidade de concluir seus estudos no seu lugar de origem. Esse fato impulsiona o fenômeno da migração.

As mulheres passam a se deslocar de seu lugar em busca de oportunidades para aprimorar seu grau de instrução. Os dados da pesquisa também sinalizaram que as mulheres na condição de migrantes nem sempre tinham condições financeiras para se manter e, em decorrência disso, elas eram obrigadas a se inserir no mercado de trabalho.

Essas mulheres passam a ter dupla jornada de trabalho, pois simultaneamente estudam e trabalham. Esse fato em dado momento pode prejudicar o seu desempenho acadêmico, motivado pela dificuldade de conciliação das atividades.

Nesse sentido, constatamos os dados coletados fomentaram a reflexão em torno do grau de dificuldade enfrentado pelas mulheres migrantes que estudam e trabalham. Assim, constatamos que a maior participação das mulheres migrantes no mercado de trabalho e o crescimento de seu nível de escolaridade acompanham as desigualdades resultantes da relação de gênero, as quais implicam perdas para as mulheres trabalhadoras.

Tendo em vista o que foi elucidado até então, pudemos apresentar os resultados alcançados. Na sociedade, existem mudanças significativas impulsionadas pelo aumento do grau de instrução das mulheres, possibilitando o crescimento da participação feminina no mercado de trabalho. Observa-se, portanto, que, para se tornarem economicamente viáveis, as mulheres precisam ter maior nível de escolaridade. O problema é que nem sempre elas conseguem concluir o processo de instrução formal na terra natal. Esse fato vem a impulsionar o fenômeno da migração.

5.0 Referências

AGALHAES, B. R. C. ; SILVA, Geice Q. L. . **A mulher no trabalho, na família e na universidade.** Revista Eletrônica Arma da Crítica, v. 2, p. 177-193, 2010.

ALVES, L.S. . **Os incentivos fiscais e a indústria de Campina Grande de 1960 a 2011.** In: Antonio Guedes Rangel Junior; Cidoval Moraes de Sousa (Organizadores). (Org.). Campina Grande - Hoje e Amanhã. 1ªed.Campina Grande - PB: EDUEPB, 2013, v. 1, p. 81-88.

ARAÚJO, A. M. C. **Gênero nos estudos do trabalho.** In: Maria Lígia Q. de Moraes. (Org.). Gênero nas fronteiras do Sul. 1ed.Campinas: Pagu/Núcleo de Estudos de Gênero, 2005, v. p. -.

BRUSCHINI, M. C. **Gênero e trabalho feminino no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação? (Brasil, 1985 a 1995).** In: ROCHA, M. I. B. (Org.). Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios. Campinas: ABEP/NEPO/UNICAMP, 1998.

COSTA, C. J. S. ; LIMA, R. A. ; SANTOS, A. P. S. . **Desafios da Gestão Urbana de Campina Grande.** In: Antônio Guedes Rangel Júnior; Cidoval Moraes de Sousa. (Org.). Campina Grande hoje e amanhã. 1ed.Campina Grande: EDUEPB, 2013, v. 1, p. 89-100.

CAVALCANTE, M. Claudia. **Campina e suas filhas: uma história da educação infantil em Campina Grande / PB.** In: V Encontro Nordeste de História, realizado na UFPE, 2004, Recife. Anais do V Encontro Nordeste de História, realizado na UFPE, 2004.

CASTRO, J.Y.C. **A hora las mujeres se mandan solas: migración y relaciones de género em una comunidad mexicana transnacional llamada Pie de Gallo.** Tese de Doutorado, Universidad de Granada, 2006.

CHAVES, M. F. G. **Mulheres que Migram Solteiras: Aspectos da Migração Interna Feminina no Brasil, 1981/19911.** In: Paulo E. Teixeira; Antonio M. C.

Braga; Rosana Baeninger (Org.). *Migrações: implicações passadas, presentes e futuras.* - Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

CRESSWELL, T. **On the move: mobility in the modern western world.** New York: Routledge, 2006.

FERREIRA, Lenildo. **Campina: Grande, apesar dos pequenos.** In: Antônio Guedes Rangel Júnior; Cidoval Moraes de Sousa. (Org.). *Campina Grande hoje e amanhã.* 1ed. Campina Grande: EDUEPB, 2013.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso.** São Paulo: Loyola, 1996.

GROSSI, Mirian; HEIBORN, Maria Luiza e RIAL, Carmen. **Entrevista com Joan Wallach Scott.** *Revista de Estudos Feministas, Florianópolis*, v. 6, n. 1, 1998.

JARDIM, R. B; PIEPPER, Jordana Alves. **Aproximações e divergências: história social, história cultural e a perspectiva gênero.** *MÉTIS: história & cultura* – v. 9, n. 18, p. 87-97, jul./dez. 2010.

KELLERMAN, A. **Personal mobilities.** London: Routledge, 2006.

LÜDKE, Menga e ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986.

MOROKVASIC, M.; EREL, U.; SHINOZAKI, K. (eds) **Crossing Borders and shifting boundaries.** Vol I, *Gender on the move.* Oplanden, 2003.

MARINUCCI, R.. **Migrações Internacionais Contemporâneas: as razões da crescente intensidade.** In Cammino, Roma, p. 7 - 16, 01 dez. 2008.

MARANDOLA JR., Eduardo; DAL GALLO, Priscila M.. **Ser migrante: implicações existenciais e territoriais da migração.** Revista Brasileira de Estudos de População (Impresso), v. 27, p. 407-424, 2010.

MARANDOLA Jr., E. **Insegurança existencial e vulnerabilidade no habitar metropolitano.** Caderno de Geografia, Belo Horizonte, v. 18, n. 29, p. 39-58, 2008.

MOREIRA, Daniel Augusto. **O método fenomenológico na pesquisa.** São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.

OLIVEIRA, Cristiano Lessa . **Um apanhado teórico-conceitual sobre a pesquisa qualitativa: tipos, técnicas e características.** Travessias (UNIOESTE. Online), 2009.

PISCITELLI, A. G. . **Re-criando a categoria mulher?**. In: Algranti, Leila Mezan. (Org.). A prática feminista e o conceito de gênero. Campinas: IFCH/UNICAMP, 2002, v. 48, p. 7-42

PERROT, M. **Escrever a história das mulheres.** In: Minha História das Mulheres. São Paulo: Contexto, 2007.

SCOTT, Joan. **1990 Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** Educação e Realidade, v.16, n.2, p.5-22. SPINDEL, Cheywa R. 1987 A mulher frente crise econômica dos anos 80 (Algumas reflexões com base em estatísticas oficiais). Cadernos do instituto de Estudos Econômicos Sociais e Políticos de São Paulo. São Paulo, n.18.

SOUZA, R. G. S; SARDENBERG, Cecília Maria B. **Visibilizando a mulher no espaço público: a presença das mulheres nas universidades.** Florianópolis: Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), 2013.

SCOTT, Joan. **História das mulheres.** In: BURKE, Peter (Org.). A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: Edusp, 1992.p. 63-95.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** Educação e Realidade, v.16, n. 2, p.5-22, 1990.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos. Trabalho, dominação e resistência.** São Paulo: Brasiliense, 1991.

SILVA JÚNIOR, Geraldo Francisco. **da Campina Grande: Desenvolvimento histórico no século XX.** In: OLIVEIRA, Roberta Vêras de (Org.). Campina Grande em debate: a condição urbana da periferia pela lente do trabalho e das políticas públicas. Campina Grande: EDUEP; UFCG, 2009.

THOMPSON, E.P. **A formação da classe operária: A árvore da liberdade.** 2º ed. Tradução Tradução Denise Bottmann, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987..

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

ZIRBEL,I. **Estudos Feministas e Estudos de Gênero no Brasil: Um Debate.** Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, 2007.